

## SEGURO RURAL

## NÃO HÁ ESPAÇO PARA IMPROVISAÇÕES

PEDRO LOYOLA

Economista da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e mestrando em Gestão de Cooperativas na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) - pedro.loyola@faep.com.br

VILMAR RODRIGUES MOREIRA

Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e professor da Escola de Negócios da PUCPR no Mestrado Profissional em Gestão de Cooperativas - vilmar.moreira@pucpr.br

A AGRICULTURA de hoje é distinta daquela do passado, suscetível a riscos ameaçadores para o produtor e segmentos importantes da sociedade. No Brasil, em 2005, começou o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Para um mercado insignificante até então, o Programa conseguiu atingir o patamar de mais de 120 mil apólices emitidas e a cobertura de 12 milhões de hectares, em torno de 16,82% da área agrícola do País, conforme dados estimados para 2014. Isso revela que há muito potencial de crescimento para o seguro rural no País.

Embora o crescimento ainda seja lento e gradual, a política agrícola do seguro rural sofreu com a alternância de seis ministros nos últimos cinco anos no MAPA. Desde 2010, há falhas no planejamento, na execução e no pagamento dos recursos do PSR. No lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP 2015/16), em 02 de junho, o governo federal prometeu R\$ 700 milhões para o PSR, embora, na Lei Orçamentária Anual (LOA), tenham sido aprovados R\$ 668 milhões.

O problema real é que o governo federal atrasou os pagamentos de R\$ 690 milhões do seguro rural de 2014, dos quais R\$ 300 milhões serão pagos com recursos do orçamento de 2015. Sobraram, então, R\$ 368 milhões, de acordo com a Resolução nº 35, de 30 de junho deste ano, do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR). Mas, a Resolução nº 36, de 12 de agosto,

promoveu um novo corte, de R\$ R\$ 51,3 milhões. Desta forma, os contingenciamentos somam R\$ 351,3 milhões, correspondendo a uma redução de 52,6% do orçamento originalmente aprovado na LOA.

Como apenas R\$ 80 milhões serão destinados para soja em 2015, isso significa que, de cada cinco produtores que fizeram seguro de soja em 2014, apenas um produtor terá acesso ao PSR em 2015.



ISTOCKPHOTO

### VALORES TOTAIS DO ORÇAMENTO DO PSR (R\$ MILHÕES)

CULTURA	Resolução nº 35	Resolução nº 36	Corte no valor
Grãos de inverno e milho 2ª safra	R\$ 162,00	R\$ 152,00	R\$ 10,00
Soja	R\$ 100,00	R\$ 80,00	R\$ 20,00
Uva	R\$ 25,00	R\$ 20,00	R\$ 5,00
Maçã	R\$ 35,00	R\$ 28,00	R\$ 7,00
Outras	R\$ 46,08	R\$ 36,70	R\$ 9,38
<b>Total</b>	<b>R\$ 368,08</b>	<b>R\$ 316,70</b>	<b>R\$ 51,38</b>

Fonte: Resoluções nº 35 e nº 36 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR)

### EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2015 DO PSR (R\$ MILHÕES)

Plano Trienal do PSR	Prometido no PAP	Orçamento aprovado na LOA	Pagamento de atraso de 2014 (a)	Corte no orçamento (b)	Redução total (a + b)	Orçamento final de 2015
<b>R\$ 800,00</b>	<b>R\$ 700,00</b>	<b>R\$ 668,08</b>	R\$ 300,00	R\$ 51,38	<b>R\$ 351,38</b>	<b>R\$ 316,70</b>

Fonte: MAPA; CGSR; LOA (2015)

Muitos produtores estão contratando apólices de seguro agrícola como garantia das operações de crédito rural em bancos e cooperativas, sem saber se terão acesso ao PSR. Eles podem ser surpreendidos, a partir de outubro, com o recebimento de boletos bancários cobrando a parte da subvenção que cabia ao governo federal pagar.

Caso o Governo não honre o compromisso dos R\$ 700 milhões prometidos no PAP, estima-se que o referido corte impacte 70 mil operações de seguro de trinta diferentes tipos de atividade, em uma área de 7,3 milhões de hectares, que estarão à mercê do clima e sem a cobertura do seguro agrícola em diversas regiões do País.

Ainda são necessidades do setor: a regulamentação do Fundo de Catástrofe, parada no Governo desde a aprovação da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010; a atualização de estudos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático, paralisados desde 2012; dentre tantas outras propostas, como a liberação e a garantia de recursos do programa conforme o calendário agrícola e o cumprimento do planejamento do Plano Trienal.

A política agrícola brasileira para o seguro rural, apesar das dificuldades, vem sendo ampliada e aperfeiçoada ao longo da última década. No entanto, embora a agricultura seja o motor da economia brasileira, a execução desta política demonstra que o governo federal, desde 2010, não a tem priorizado.

A expectativa é de que isso mude antes que o Programa perca a credibilidade e o País perca o trem da história. Para tanto, é preciso uma mudança de marcha forçada, tirando a política agrícola do último vagão, sujeita a frequentes contingenciamentos, e a tornando a locomotiva cujo combustível movimentará a economia brasileira, com a garantia de abastecimento de alimentos e saldo superavitário da balança comercial.

Finalmente, essa mudança de rumo depende da criação de um planejamento estratégico de gestão do risco agropecuário, integrando-o a outras áreas do Governo em que haja possibilidade de ganhos de sinergia, garantindo um horizonte de longo prazo das ações da política agrícola e colocando um fim nas indesejáveis improvisações. ■